

## **POR QUE ENSINAR A ÁFRICA NA ESCOLA BRASILEIRA?**

**Conferência proferida no teatro da Casa do Saber de Camaçari, na ocasião da comemoração do dia da África, em 30 de maio de 2008.**

**Professor Kabengele Munanga – Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo – USP.**

### Resumo

Todos os países do mundo, hoje considerados como os mais desenvolvidos, são aqueles que investiram maciçamente na educação de qualidade para seus jovens e futuros responsáveis. A questão é saber que tipo de educação o Brasil precisa desenvolver para sair da situação em que se encontra hoje? Uma educação que visa não somente o domínio das teorias e novas tecnologias, que embora imprescindíveis não seriam suficientes, mas também e sobretudo, uma educação cidadã orientada na busca da construção e consolidação do exercício da cidadania, dos princípios de solidariedade e equidade. Uma tal educação convida para uma olhada crítica sobre as questões relacionadas com a construção de nossas identidades individuais e coletivas, fazendo delas uma fonte de riqueza e de desenvolvimento individual e coletivo. Ora, a educação habitualmente dispensada aos nossos jovens, é enfocada geralmente numa visão eurocêntrica que além de ser monocultural, não respeita nossas diversidades de gêneros, sexos, religiões, classes sócias, "raças" e etnias, que contribuíram diferentemente na construção do Brasil de hoje, que é um Brasil diversos em todos os sentidos.

A Construção das políticas sobre diversidade cultural e ou étnico-raciais é uma realidade que está na agenda de todos os países do mundo. A imagem de um Estado-Nação construído com base numa única cultura, isto é, numa única língua, numa única religião, numa única visão do mundo está se tornando cada vez mais uma raridade, se não um mito.

A velha Europa ocidental que invadiu os outros povos, colonizou, pilhou e tentou destruir a riqueza da diversidade cultural dos países colonizados revela hoje que sua unidade de fachada era apenas uma armadilha ideológica para justificar a Missão Civilizadora e a exploração dos outros povos. Os exemplos que desmentem a unidade cultural da Europa e do mundo ocidental em geral pululam: Espanha, Bélgica, Suíça, Itália, Canadá, Irlanda do Norte, etc.

Essa falsa imagem do monoculturalismo ocidental é cada vez mais confirmada pelas novas correntes migratórias vindas dos países ditos do Terceiro Mundo da África, Ásia, América do Sul e do Oriente Médio, que trouxeram nesses países outras culturas, construíram novas diásporas e reivindicam o reconhecimento público de suas identidades, de suas religiões e visões de mundo. Essas reivindicações geram problemas de convivência decorrentes dos preconceitos e dos mecanismos de discriminação cultural ou étnico-racial dos quais são vítimas. Daí a necessidades nesses países de novas diásporas de discutir, construir e incrementar suas políticas sobre diversidades culturais e étnico-raciais para evitar as barricadas culturais e buscar o diálogo intercultural. Todos buscam a construção de cultura de paz baseada na convivência igualitária das diversidades. Nunca se falou tanto da diversidade e da identidade como no atual quadro do desenvolvimento mundial dominado pela globalização da economia das técnicas e meios de comunicação.

Nos países da América do Norte e do Sul, que são não apenas países de velhas migrações, mas também países de deportações humanas através do tráfico negreiro, o quadro é totalmente diferente dos países ocidentais, pois são países que nasceram do encontro de culturas e de civilizações. O Brasil

oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades: os povos indígenas de diversas origens étnicas, os europeus de diversas origens étnicas, os africanos escravizados de diversas origens étnicas ou culturais, todos sem exceção deram suas notáveis contribuições na formação do povo brasileiro, na construção de sua cultura e de sua identidade plural.

Mas a questão fundamental que se coloca hoje é o reconhecimento oficial e público dessas diversidades que até hoje estão sendo tratadas desigualmente no sistema educacional brasileiro, além dos portadores dessas identidades de resistência serem ainda vítimas dos preconceitos e da discriminação racial, até da segregação racial de fato. Todos devem se lembrar das recentes campanhas de difamação e demonização das religiões brasileiras de matrizes africanas em algumas Emissoras de T.V. O que pode engendrar barricadas culturais e gerar conflitos capazes de prejudicar justamente a construção da democracia e do pleno exercício da cidadania dos descendentes de escravizados de ontem que, apesar de serem juridicamente cidadãos livres, ainda não exercem igualmente sua cidadania e não têm a garantia de seus direitos sociais entre os quais a educação é uma peça central.

Recordo-me que quando a lei 10.639/2003 foi promulgada pelo Presidente da República, houve algumas reações negativas até na Imprensa, das pessoas que questionavam a generalização do ensino obrigatório da história da África e do negro brasileiro até nos Estados e Municípios brasileiros onde os negros são minorias ou quase não são demograficamente representados.

Essas reações me fizeram lembrar uma história de 26 anos atrás quando comecei a dar aula na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, em 1979 e que tentei criar um núcleo de estudo do negro naquela universidade. Alguns colegas me criticaram por tentar criar falsos problemas ao inaugurar um tema de pesquisa sobre uma realidade que não existia no Estado do Rio Grande do Norte. Com efeito, não existiam, segundo eles, nem negros, nem preconceito racial que pudessem justificar a criação de uma área de pesquisa remetendo ao assunto por mim proposto. Lembro-me de ter

respondido para eles que não precisava da presença física do negro no território do Grande Rio do Norte para estudar os problemas e realidades do negro, porque os Institutos e Centros de Estudos Africanos pululam nas universidades dos países ocidentais onde há menos que no Brasil e dei o exemplo patente da Universidade de Osaka, no Japão, que tem um grande Museu de Arte Africana e especialistas dos assuntos africanos.

Recentemente, recebo o eco das manifestações semelhantes sobre o processo de formação dos educadores deflagrado no Estado de São Paulo, sobre a temática da diversidade étnico-racial no ensino fundamental e médio, de acordo com o espírito da lei 10.639/03. Reagem negativamente algumas educadoras e alguns educadores, alegando que se está tentando introduzir um racismo às avessas em suas escolas onde este fenômeno não existe ou nunca existiu; alguns criticam a proposta de educação multicultural na sociedade brasileira que, segundo eles, é uma sociedade de cultura e identidade mestiças e não diversas; outros acham absurdo falar ainda de raças, quando a própria ciência biológica já provou que a raça não existe, etc.

Muito recentemente, criou-se uma polemica sobre o senso escolar proposto pelo MEC, pedindo aos alunos de declararem sua cor ou raça. Dizem os críticos contra o senso que a menção "cor" ou "raça" arriscaria de introduzir a consciência racial que segundo eles nunca existiu na sociedade brasileira e conseqüentemente poderia reascender os conflitos raciais em vez de lutar contra o racismo que de fato existe. Ora, o processo de construção da identidade das vítimas do racismo passa absoluta e necessariamente pela aceitação do seu corpo, simbolizado pela cor de sua pele e também pela aceitação de sua história e de sua cultura. O senso étnico ou racial na escola, além de fornecer dados estatísticos ou quantitativos indispensáveis na avaliação e acompanhamento das políticas de promoção de igualdade racial na escola, faz parte do exercício de auto-definição ou auto-afirmação coletiva para exigir o reconhecimento de sua identidade e conseqüentemente a exigência de políticas públicas específicas. Apesar dos progressos da ciência biológica (Genética humana, biologia molecular, bioquímica, etc.) ter

demonstrado que geneticamente não existem as raças puras, entendemos a raça como uma construção social a partir das diferenças fenotípicas baseadas na cor da pele e em outros elementos morfológicos entre negros, brancos e amarelos. Há mais de quarenta anos que os próprios biólogos anti-racistas pensavam que a retirada do conceito de raça dos dicionários e dos textos científicos ajudaria no combate ao racismo. Mas não demoraram para perceber que aquele era apenas uma ingenuidade científica de sua parte, pois com “raça” ou sem “raça” o racismo sobrevive através dos termos mais cômodos como os de etnia ou de identidade. De fato, o discurso do racismo contemporâneo não precisa mais da variante bio-racial, pois se reestrutura em essencializações histórico-culturais e identitárias.

O nó da questão, ou melhor, a saída não estaria do meu ponto de vista, no simples fato de ensinar aos nossos alunos que a raça não existe, mas sim na aceitação das diversidades como bandeira de luta, para exigir a convivência igualitária de todas.

Finalmente, penso que construir políticas sobre a diversidade cultural e implanta-las no nosso sistema educacional, não significa destruir a unidade nacional como pensam alguns defensores das teses de Gilberto Freyre. Seria simplesmente equacionar a unidade com a diversidade, ou seja, construir a unidade respeitando a diversidade que constitui sua matéria prima e fonte da riqueza coletiva e do enriquecimento individual. Diversidade na unidade não deve sugerir uma diversidade hierarquizada em culturas superiores e inferiores. Daí a minha insatisfação com os conceitos de intolerância e de tolerância cultural ou religiosa. Sem dúvida devemos condenar todas as formas de intolerância, mas o que devemos buscar, afinal, não é a tolerância, mas sim a convivência igualitária das culturas, identidades, dos grupos e sociedades humanas, dos homens e mulheres. Visto deste ponto de vista, a melhor educação não é somente aquela que nós permite a dominação da razão instrumental que auxiliará nossa sobrevivência material numa sociedade baseada na lei do darwinismo social, mas também e sobretudo, uma educação cidadã baseada nos valores da solidariedade e do

respeito das diversidades que garantem nossa sobrevivência, enquanto espécie humana.

Gostaria de discutir as teses dos que dizem que não há racismo em suas escolas, que a cultura brasileira é sincrética ou mestiça, que a raça não existe, etc..pois mesmo na hipótese de aceitar essas teses que são totalmente opostas às minhas, não vejo nenhuma contradição ou impedimento à iniciação de um diálogo que introduz a temática da diversidade cultural ou étnico-racial na escola brasileira, pois todos os países do mundo estão no mesmo barco. Não existe nenhum país no mundo hoje onde a temática do multiculturalismo ou da diversidade na educação não está na pauta da discussão.

Por que o Brasil, um país que nasceu da diversidade e do encontro das culturas se daria o luxo de negligenciar um assunto tão importante para a construção de sua democracia? Mesmo admitindo a tese de que nossa cultura e nossa identidade são mestiças, seria um problema negar as raízes formadoras dessa mestiçagem. Mesmo concordando que geneticamente as raças puras não existem, seria problemático negar a raça enquanto construção social e categoria de dominação e de exclusão. Apesar da inexistência das raças puras como nos ensinam a genética humana e a biologia molecular, nós não podemos deixar de observar que as diferenças fenotípicas baseadas nas características morfológicas e na cor da pele são reais e são elas que justamente constituem, no caso da população negra, os germes a partir dos quais são construídos o preconceito racial e o racismo.

Depois desta longa e provocativa introdução, permitam-me desenvolver o assunto da palestra, ou seja, a importância da África para a compreensão das relações étnico-raciais na educação.

Quem somos, de onde viemos e por onde vamos? Esta é uma pergunta que todos os povos conscientes se colocam permanentemente, de geração em geração. É uma pergunta que tem a ver com as raízes culturais dos povos e com os processos de construção de nossa identidade nacional e de nossas identidades étnicas. Esses processos começaram há cerca de 500 anos quando os povos africanos de diferentes nações foram seqüestrados,

capturados, arrancados de suas raízes e trazidos para diversos países da América, incluído o Brasil, onde foram escravizados. Eles nem sabiam por onde estavam sendo levados e por que motivos. Ou seja, a história da chegada dos africanos no atual Brasil é totalmente diferente de seus compatriotas de ascendência européia, asiática, árabe, judeu, oriental, etc. que voluntariamente decidiram de emigrar de acordo com a conjuntura política e econômica da época que teria influenciado sua decisão para sair de seus respectivos países de origem. Visto deste ponto de vista, a identidade negra não surge simplesmente da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negra, branca e amarela. Ela resulta desse longo processo histórico ao qual me referi. É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, num país onde quase não se houve um discurso ideológico articulado sobre identidade branca e amarela, justamente porque os portadores da pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros negros. Fala-se de identidade italiana, gaúcha, espanhola, lusófona, judia,, árabe, etc. e não da identidade branca.

Sem dúvida, o tráfico negreiro é hoje considerado como uma das maiores tragédias da história da humanidade, por sua amplitude, sua duração e os estragos provocados entre os povos africanos. Mas apesar da tragédia, foi graças aos sacrifícios desses africanos e seus descendentes que foram construídas as bases econômicas do Brasil colonial. Mais do que isso, a resistência cultural desses africanos foi tão forte a ponto de criar uma cultura de resistência que por sua vez contribuiu para modelar a chamada cultura nacional e a identidade nacional. Como somos vistos ai fora, no mundo ocidental? País do Samba, do fute bol, do carnaval, da feijoada, da mulata, etc! Isto significa que os símbolos da resistência cultural dos negros, brancos e índios, mesmos aqueles que foram reprimidos durante a colonização, passaram a integrar o processo de construção da cultura e da identidade plural brasileira. Processo esse enriquecido também a partir do início do século XX, pelas contribuições culturais orientais, principalmente japonesas.

Apesar de terem sido arrancados de suas raízes culturais, os escravizados africanos não perderam sua memória coletiva. Nessa memória herdada de seus ancestrais foram conservados diversos saberes sobre a medicina das ervas, as técnicas de agricultura, de caça, de pesca, de metalurgia, de mineração; sobre as artes visuais plásticas, a música, a dança, o esporte ou ainda os sistemas de pensamentos míticos relativos às religiões, sabedoria e visões do mundo, etc. Como uma cultura arrancada do seu meio de origem pôde resistir ao rolo compressor do sistema servil e às repressões de uma cultura hegemônica dogmaticamente afirmada? Lembrar-se-á que aos escravizados foi proibido de cultuar seus deuses e de praticar suas religiões de origem. Sua conversão ao cristianismo começava já na travessia a bordo dos tumbeiros. As leis de repressões policiais foram promulgadas para assegurar sua total conversão ao cristianismo, considerado como a melhor e a verdadeira religião. No entanto, renunciar a suas crenças religiosas significava para esses africanos uma morte total, pois a verdadeira escravidão é aquela que atinge à alienação do espírito, à liberdade e à dignidade humana. Por isso que eles resistiram, inventando diversas estratégias de defesa, notadamente simbólicas. Além disso, encontraram no Brasil condições ecológicas semelhantes às do ecossistema de suas origens, oferecendo entre outras coisas as mesmas essências vegetais. O que teria facilitado a continuidade de uma religião cuja relação entre o Homem, a Sociedade e a Natureza é primordial. Visto deste ângulo, uma parte de sua medicina e a produção de objetos simbólicos ligados a suas práticas e seus cultos religiosos teriam encontrado um terreno fecundo e as mínimas condições de resistência, de continuidade e até de inovação, apesar da adversidade explícita no sistema escravista. Assim se manterem as primeiras manifestações artísticas afro-brasileiras, uma arte sem dúvida no início religiosa, funcional e utilitária; as manifestações da herança cultural africana em todo o Brasil, do norte ao sul e do leste ao oeste, como ilustrado pelo candomblé da Bahia, o batuque do Rio Grande do Sul, o Xangô de Recife, os Congados de Minas Gerais, o Bumba-Meu-Boi de Maranhão, os Maculelê e Maracatu do Recife, o Jongo de São Paulo

e outras numerosas manifestações musicais, culinárias, esportivas, etc. Não faltam estudos que apontam também as contribuições das línguas africanas no nosso Português do Brasil, tanto do ponto de vista lexical quanto fonético e fonológico. Somadas, todas essas resistências constituem a herança cultural africana no Brasil e se traduzem numa cultura de resistência cuja tomada de consciência ajuda no processo de construção da identidade negra ou afro-descendente.

Esta herança cultural africana constitui uma das matrizes fundamentais da chamada cultura nacional e deveria por este motivo ocupar uma posição igual às outras, isto é, as heranças européias, indígenas, árabes, judia, orientais, etc. Juntas, essas heranças constituem a memória coletiva do Brasil, uma memória plural e não mestiça ou unitária. Uma memória a ser cultivada e conservada através das memórias familiares e do sistema educacional, pois um povo sem memória é como um povo sem história. É justamente aqui que se coloca o problema, pois a herança cultural africana no Brasil nunca ocupou uma posição de igualdade com as outras no sistema de ensino nacional. Se fosse não teria nenhum sentido a lei de 10.639 promulgada pelo atual Presidente da República, 115 anos depois da abolição.

Por isso, não é novidade dizer aqui que a partir da abolição, os sobreviventes da escravidão e seus descendentes de ontem e de hoje foram simplesmente submetidos a um sistema educacional mono-cultural, euro-cêntrico, que nada tinha a ver com sua história, sua cultura e visão do mundo. Essa submissão subentende uma violência cultural simbólica tanto significativa quanto à violência física sofrida durante a escravidão.

Se não há mais dúvida sobre as contribuições culturais africanas no Brasil, por que então o sistema educacional não as incorporou e precisou-se esperar as reivindicações do Movimento Social Negro para começar a discutir a questão? O atraso tem certamente a ver com o mito de democracia racial apoiado entre outros nas idéias de sincretismo cultural, de cultura e identidade mestiças, de povo mestiço, etc. que se contrapõem às idéias de diversidade e de pluralismo cultural.

Além disso, a maioria das crianças, adolescentes e jovens negros não conseguiu ingressar de modo representativo no sistema de educação existente que, embora não contemplasse sua história, cultura e visão do mundo, é indispensável para sua inclusão e mobilidade no mercado de trabalho e em outros setores da vida nacional. Prova disso é o número de analfabetos negros ou afrodescendentes proporcionalmente muito alto e de universitários afrodescendentes proporcionalmente muito pequeno, comparado com o número de analfabetos e universitários de outras ascendências étnicas. Sem minimizar o impacto dos fatores sócio-econômicos, a explicação dessa diferença está como já foi ilustrado pelas pesquisas recentes, no racismo brasileiro com suas ambigüidades. As pesquisas mostram que até nas escolas mais pobres das periferias brasileiras e dentro da mesma camada social mais pobre, a situação do aluno afro-descendente é a pior de todos em matéria de repetência e evasão escolares.

A busca da explicação dessa situação remeteria, além do sócio-econômico, à questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afro-descendentes apagados no sistema educativo formal. Sua história quando é presente no livro didático é contada apenas do ponto de vista do "outro" e muitas vezes falsificada e apresentada numa ótica estereotipada.

As conseqüências de todo isso no aparelho psíquico dos indivíduos afro-descendentes são incalculáveis. Infelizmente não há como medi-las por falta de ferramentas apropriadas. Frantz Fanon, no seu livro "Pele negra máscara branca" expressa melhores esses mecanismos psíquicos. Acho que os que leram esse livro entendem melhor o que pretendo dizer ao enfatizar a importância da memória, da história, da cultura e da identidade coletiva do negro nos sistemas educativos dos países que se beneficiaram do tráfico negreiro.

A devolução dessa memória é importante não apenas para os alunos de ascendência africana, mas também para os alunos de outras ascendências étnicas, porque eles também tiveram seus aparelhos psíquicos

afetados por uma educação envenenada. Além disso, essa memória não pertence apenas aos negros; ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual todos se alimentam cotidianamente é resultante das contribuições de todos os segmentos étnicos que por motivos históricos conhecidos foram obrigados a conviver desigualmente neste encontro de culturas e civilizações que é o Brasil atual. Quando essa memória se tornar comum na consciência de todos, brancos e não brancos, quem sabe o sonho pode se transformar em realidade. E quando isso acontecer os que se dizem brancos começarão a reivindicar seus ancestrais culturais negros e vice-versa os negros poderão também reivindicar seus ancestrais culturais brancos. A recuperação dessa memória comum poderá trazer o diálogo intercultural e aproximar todos num processo de compreensão mútua e na construção de relações de solidariedade sem as quais não existe uma verdadeira cidadania.

Não existem leis capazes de destruir os preconceitos que existem em nossas cabeças e provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. A educação ofereceria uma possibilidade aos indivíduos para questionar os mitos de superioridade branca e de inferioridade negra neles introjetados pela cultura racista na qual foram socializados. Não se trata de recuperar uma memória que trata apenas de nossas glórias, de nossos heróis e nossas heroínas, mas, sobretudo de uma memória que busca a restauração de nossa história em sua plenitude, até nos momentos de insucesso e nos fatos que nós envergonham. Essa recuperação é como uma operação de desintoxicação mental, sem a qual não podemos reerguer a cabeça para apreender no mesmo pé de igualdade. A partir dessa recuperação, poderíamos facilmente equiparar a expressão cartesiana "penso, então sou e existo" à expressão "tenho a minha história e a minha identidade, então sou e existo".

No plano da prática, isto é, na implementação de políticas públicas capazes de incluir a plenitude do negro no sistema educativo, uma das questões fundamentais que se coloca é como fazer sem segmentar a sociedade, ou seja, sem prejudicar a unidade nacional - e inversamente - como formar a unidade nacional sem sacrificar as identidades particulares e as

diversidades que a alimentam e constituem sua matéria prima. É neste contexto complexo que se coloca o debate sobre o multiculturalismo na educação.

Observar-se-á que o encontro das identidades contrastadas engendra tensões, contradições e conflitos que, geralmente, prejudicam o processo de construção de uma verdadeira cidadania, da qual depende também a construção de um Estado Democrático, no sentido de um Estado de direito no qual os sujeitos têm a garantia de seus direitos.

A convivência pacífica só seria possível se sentarmos numa mesma mesa para negociar nossas diferenças e nossas identidades. A tese é a de que nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela má percepção que os outros têm dela, ou seja, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada e, depreciativa. O não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado da identidade do "outro" pode lhe causar prejuízo e lhe infligir uma ferida cruel e um ódio de si paralisante (Taylor, Charles: 1998:45-94). É por isso, segundo Charles Taylor, o reconhecimento da identidade não é apenas uma cortesia que se faz a uma pessoa: é uma necessidade humana vital (Taylor, Charles, Op. cit.).

Qualquer que seja sua forma o multiculturalismo está relacionado com a política das diferenças e com o surgimento das lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas e classistas. Por isso, a discussão sobre o multiculturalismo deve levar em conta os temas da identidade racial e da diversidade cultural para a formação da cidadania como pedagogia anti-racista (Ver a respeito Torres, Carlos Alberto: 2001). A questão da identidade é de extreme importância para compreender os problemas da educação. Num país como o Brasil, ou melhor, em todos os países do mundo hoje pluralistas, as relações entre democracia, cidadania e educação não podem ser tratadas sem considerar o multiculturalismo. No entanto, cada país deve formular os conteúdos do seu multiculturalismo de acordo com as peculiaridades de seus problemas sociais, étnicos, de gêneros, de raça, etc.

Exemplos: ensinar aos alunos as contribuições dos diferentes grupos culturais na construção da identidade nacional; - mudar o currículo e a instrução básica, refletindo as perspectivas e experiências dos diversos grupos culturais, étnicos, raciais e sociais; - realçar a convivência harmoniosa dos diferentes grupos; o respeito e a aceitação dos grupos específicos na sociedade; - enfoque sobre a redução dos preconceitos e a busca de igualdade de oportunidades educacionais e de justiça social para todos; enfoque social, que estimula o pensamento analítico e crítico centrado na redistribuição do poder, da riqueza e dos outros recursos da sociedade entre os diversos grupos, etc.

O racismo é tão profundamente radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo. Neste sentido, a discussão sobre os direitos sociais ou coletivos no sistema legal e por extensão no sistema escolar é importantíssima.

Finalmente, fica colocada uma questão que o Mec e as Secretarias de Educação (estaduais e municipais) estão tentando equacionar, penso eu. Trata-se de saber que África e que Brasil negro ensinar aos alunos do ensino básico e médio? A África,, sabemos, é um imenso continente de 30 milhões de quilômetros quadrados de superfície que abriga diversas civilizações, milhares de etnias e de culturas distintas. A África tem uma população de cerca de 600 milhões de habitantes distribuídos entre dezenas de povos e nações que falam centenas de línguas ao mesmo tempo diferentes e semelhantes. Mesmo entre historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas, cientistas políticos, etc. há uma enormidade de especialidades a tal ponto que fica impossível encontrar um único especialista da África, da mesma maneira que é impossível encontrar um único especialista da Europa, da América do Norte, da América do Sul ou da Ásia. Mas a simplicidade e a redução que se faz da África, entre nós, é tão patente que alguns se declaram especialistas deste continente depois de apenas algumas horas de escala no aeroporto de Dacar ou de Lagos!

Pois bem! Se não for definido com clareza o conteúdo mínimo da África e da história do negro brasileiro que deveriam ser ensinados, pode ocorrer uma certa confusão. Penso que alguns educadores já estão sentindo dificuldades para fazer o corte da África e do Brasil negro a serem ensinados e seus alunos.

Quanto a mim, penso que interessaria, primeiramente, ensinar que a África é o berço da humanidade, isto é, o continente onde surgiram os primeiros ancestrais das mulheres e dos homens que habitam nossa galáxia. É importante que nossos alunos saibam que somos todos afro-descendentes, apesar dessa origem comum ser muito longínqua, pois há cerca de 100 mil anos que nossos ancestrais *homo sapiens sapiens* saíram da África para povoar outros continentes. É necessário ensinar também aos alunos as origens dos africanos que foram trazidos e escravizados no Brasil. Como eram as instituições sócio-políticas, as culturas e as economias dessas regiões antes do tráfico e da colonização? Quais foram suas contribuições no território brasileiro durante a colonização e depois, em termos demográfico, econômico, político, cultural, religioso, artístico, etc. Que tipos de dificuldades viveram e como eles resistiram política e culturalmente para defender sua liberdade e dignidade humana? Tiveram algum papel na sua própria libertação? Quais as marcas observáveis de suas contribuições de hoje que auxiliaram na construção e na modelação da identidade plural brasileira? Que problemas eles encontram no Brasil contemporâneo e o que o Estado e a sociedade brasileira podem fazer para combater os preconceitos e a discriminação dos quais são vítimas e criar uma estrutura social igualitária?

São apenas algumas indicações que traduzem notadamente o que tentamos fazer, eu e a Profa. Dra. Nilma Lino Gomes, no nosso livro "Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos", ed. Global/Ação Educativa, São Paulo, 2004.

Penso que se deve produzir diversos materiais e livros didáticos com diferentes cortes, mas em torno do mesmo conteúdo básico ou mínimo para evitar confusões que possam dificultar o trabalho dos educadores. É uma

tarefa do Ministério de Educação nacional e das Secretarias estaduais e municipais de educação, pois creio que existem peculiaridades regionais a serem respeitadas.

Kabengele Munanga

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Castells, Manuel. **Le Pouvoir de l'Identité**. Paris: Fayard, 1999.

Marshall, T.H. **Citizenship and Social Class and others Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

McLaren, Peter. **Multiculturalismo crítico** – 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Mesure. Sylvie; Renaut, Alain. Alter Ego. **Les Paradoxes de l'identité démocratique**. Paris: Aubier, 1999.

Munanga, Kabengele. **“Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas”**. In: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Valter Roberto Silvério(orgs.). Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, pp.115-128.

Munanga, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos –2ª ed**. São Paulo: Ática, 1988.

Munanga, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica: 2004.

Munanga, Kabengele; Gomes, Nilma Lino. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos**. Livro do Estudante. São Paulo: Ed. Global/Ação Educativa, 254p.

\_\_\_\_\_. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos**. Livro de Professores. São Paulo: Ed.Global/Ação Educativa, 85p.

Pateman, C. **"Equality, Difference, Subordination: The Politics of Motherhood and Women's Citizenship"**. In: Beyond Equality And Difference: Citizenship Feminist Politics, and Female Subjectivity. BOCK, G. & JAMES, S. Londres: Routledge, 1992.

Pereira, João Baptista Borges. **"A Cultura Negra: resistência de cultura à cultura de resistência"**. In: Dédalo – Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 23: 177-188. São Paulo, 1984.

Pereira, João Baptista Borges. **"O retorno do racismo"**. In: Schwarcz, Lilia Moritz; Queiroz, Renato da Silva. (orgs.) Raça e Diversidade. São Paulo: Edusp, 1996.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Valter Roberto Silvério(orgs.). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003,

Torres, Carlos Alberto. **Democracia, Educação e Multiculturalismo**. Petrópolis: Ed.Vozes, 2001.

**Taylor, Charles**. Multiculturalismo. Examinando a Política de Reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.